

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, no SEP/DF Quadra 511, bloco C, Ed. Bittar – 4ª andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil, ocorreu a 18ª reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); DIEGO BERGAMASCHI (SINESP); JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM); LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB); MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO (IBAMA); JORGE ENOCH FURQUIN WERNECK LIMA (EMBRAPA); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); ANA PAULA DIAS MACHADO DE CASTRO PESSOA (FIBRA); TEREZINHA LIMA (ÚNICA/DF); ANA PALMIRA SILVA (CBH/PARANOÁ); MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES); SÉRGIO KOIDE (UNB); JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (UNB); e LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (FÓRUM DAS ONGs). Participaram como convidados: Jorge Arthur (SURSA/SEMA), Eliane Rodrigues de Lima Rocha (CAESB), Lany Alves Coelho (IBAMA), Maria Sílvia Rossi (SUPLAN/SEMA), Irene Custódia Magalhães Mesquita (SUAC/SEMA), Cárcius Azevedo (SEMA), Ludmyla Castro e Moura (SEMA), Tereza Cristina Esmeraldo de Oliveira (SEMA), Ivens Drumond (SEMA) e Vanessa Cortines Barroncas (SEMA). O presidente iniciou a reunião cumprimentando a todos e informou que não será possível aprovar a ata prevista no **item 1** da pauta. Prosseguiu com o **item 2** da pauta: Diagnóstico da Situação da Disponibilidade Hídrica (GT-ZEE/DF). Lembrou que o diagnóstico da disponibilidade hídrica do DF vai orientar as diretrizes que serão definidas no ZEE/DF. Salientou que hoje entrou no ar o portal do ZEE, com todas as informações relacionadas ao desenvolvimento do trabalho e alguns resultados já alcançados. Este trabalho dará as bases necessárias para algumas audiências públicas e setoriais no CRH, CONAM, COMPLAN, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Desenvolvimento Econômico, etc., que devem ocorrer no mês de junho para debater o ZEE/DF. Vamos preparar a proposta de Lei do ZEE para fazermos a primeira audiência na Câmara Legislativa do DF e esse estudo é central para tratarmos estas questões. O ZEE vai influenciar outros instrumentos de planejamento e uso do solo e, sobretudo, o licenciamento ambiental. O CONAM está fazendo um debate sobre as normas de licenciamento ambiental fazendo um esforço, simultâneo ao que está sendo feito no CONAMA, de revisão das Resoluções 01/86 e 237/97. A ideia é mudar o eixo do licenciamento, hoje focado em análise documental e tentar fortalecer a parte de monitoramento. Neste sentido o ZEE pode contribuir muito para este processo. A seguir, passou a palavra à Conselheira Maria Sílvia, que proferiu a apresentação, que trouxe um panorama do contexto dos trabalhos do ZEE/DF relacionados com a água e o diagnóstico e indicadores da situação das águas no DF, no tocante a qualidade e quantidade. O Conselheiro Jorge Enoch/EMBRAPA lembrou que o trabalho é focado em tentar entender como está a capacidade de suporte hídrico do DF: quanto temos de água, se a quantidade que temos nas Bacias é satisfatória para a população já instalada, em termos de quantidade e qualidade, se podemos ampliar o adensamento, se temos capacidade de tratarmos os nossos esgotos, etc. A apresentadora lembrou que o trabalho contou com a participação de outras instituições, especialmente da CAESB. A Conselheira Raquel Brostel salientou que o principal enfoque é o planejamento do esgotamento sanitário. A questão é que quando esse planejamento vai ser implementado, tudo o mais já está instalado, a cidade já está

pronta. A ideia é inverter esta ordem, de modo que todas estas questões entrem no planejamento urbano previamente à sua concretização. A conselheira Maria Sílvia prosseguiu com a apresentação lembrando que o objetivo do trabalho do GT de Disponibilidade Hídrica é fazer valer a Lei Orgânica do DF que diz que o planejamento tem que ser por Unidade Hidrográfica – UH, e isso ainda não está sendo feito. Assim foi desenvolvida a Base Hidrográfica, aprovada em 2015, com as 41 UH. Tivemos que rebuscar um conjunto grande de informações, no PGIRH, no PDOT, as informações do ZEE produzidas anteriormente, as Resoluções sobre qualidade e quantidade de água, a partir das bases de dados da ADASA e da CAESB. Foi feito um esforço grande para compatibilizar estas bases, mas isto já configura um legado. O PGIRH tem quatro grandes componentes de programas e projetos definidos ao final do projeto. O trabalho que vem sendo feito neste GT visa trazer elementos e estruturar informações que vão ajudar vários componentes na implementação do PGIRH, por exemplo, no componente 1: a implementação do enquadramento e a discussão da outorga. No componente 2: a discussão da gestão de águas em áreas de mananciais. No componente 3: o conhecimento dos recursos hídricos, que é o cerne do nosso trabalho. Por fim, o componente 4: mudança do marco legal, acompanhamento do PGIRH, gestão compartilhada do ZEE e PDOT, que também é central deste trabalho aqui apresentado. O primeiro exercício foi buscar esta transversalidade no olhar, na análise e na forma de comunicar. Estamos trabalhando para construir as pontes do ordenamento territorial com os impactos sinérgicos, a exemplo da regularização fundiária do Vicente Pires. O trabalho mostra as zonas de expansão e qualificação urbana. Do ponto de vista do Fósforo, sob qualquer ótica, essa bacia está crítica, não suporta mais esgoto. Ou endereçamos isto ou vamos estrangular a concessionária. Para entendermos o contexto dessa convergência de olhares tivemos que dar um passo atrás e olharmos outros instrumentos. Porque o desenvolvimento sustentável é o objetivo primeiro da Lei do ZEE. Trabalhamos pensando na capacidade de suporte, e aí demos um passo atrás para entendermos o que é infra estrutura ecológica e serviços ecossistêmicos, entre outros pressupostos. Primeiro: serviços ecossistêmicos são benefícios diretos e indiretos prestados pela natureza e dependem da integridade da infraestrutura ecológica dos ecossistemas. Segundo: as atividades econômicas, a coesão da sociedade e o bem estar humano, que são os elementos base do ZEE, são dependentes dos serviços ecossistêmicos, porque as atividades econômicas são sustentáveis, apenas quando os ecossistemas são resilientes. Como trabalhar o desenvolvimento nestes termos? É fundamental definir a capacidade de suporte dos recursos, para a provisão do fluxo dos serviços ecossistêmicos, definindo, sempre que possível, os limites. Estamos definindo isto: a capacidade de suporte, olhando as principais ações de Estado e de suas obrigações, a partir do saneamento, por exemplo, nos seus quatro componentes. Tentamos aqui responder qual é a capacidade de suporte para a água e quais são as áreas críticas do Território, onde a gestão se faz prioritária. Demos um passo atrás e pegamos a avaliação ecossistêmica por cenários, que foi trabalhado pelo GT de cenários do ZEE: regulação, habitat, produção e informação. Os mapas vão mostrar as áreas que têm mais risco de perder serviços ecossistêmicos. O risco vai ser a probabilidade humana de gerar impacto naquela porção do Território. Agora estamos identificando quais são os tipos de serviços ecossistêmicos existentes no cerrado, que se eliminarmos e/ou modificarmos esta paisagem, nos privamos do serviço. Fizemos um levantamento das áreas que possuem sobreposição de risco. O resultado mostrou que em determinadas áreas há acúmulo de três tipologias de risco. Outro estudo que está sendo feito é o que mostra os eixos produtores de água potável no DF, apresentando as áreas estratégicas, sem as quais as APMs vão morrer, e nessas áreas vamos ter que conviver com vários usos do solo. Temos o eixo de adensamento do PDOT que subsidia ações socioeconômica e de planejamento. É necessário fazer uma macro reflexão da questão hídrica no DF. Vamos tentar entender no que estas questões podem contribuir com o trabalho desenvolvido no GT Enquadramento, no que se refere à qualidade e quantidade de água, porque o GT fez um diagnóstico da infraestrutura instalada e aqui temos

o diagnóstico da qualidade e quantidade d'água. A apresentadora falou dos resultados dos trabalhos até este momento. Para o fator quantidade de água, orientado pelo marco legal vigente, temos três indicadores: 1 - Comprometimento da vazão outorgável, que representa a demanda outorgada face à disponibilidade hídrica das UHs. Vai responder quanto de água está sendo outorgada hoje e quanto é possível autorizar sem comprometer o RH. 2 – Comprometimento da vazão remanescente medida no rio, por meio da comparação da situação real do rio em função da situação de referência: como está e como deveria estar (atualmente não temos como aferir a qualidade ambiental do rio). 3 – Comprometimento dos lagos, mostrará a situação da vazão de referência (vazão regularizada), a qual, no DF, não admite falha no fornecimento. Ambientes com movimento mais lento de água e o risco de eutrofização, caso tenha um aporte forte de fósforo. O primeiro indicador, que é o componente da vazão outorgada, trará contribuições para a gestão do Território, mais especificamente para a outorga e o licenciamento ambiental. Vamos trabalhar estes indicadores de três formas: 1 - Autorização, que é a outorga para retirar água bruta. 2 – Outorga para lançamento e diluição de efluentes. 3 – Outorga total que é a soma por UH das outorgas concedidas. O Conselheiro Montenegro pergunta se a outorga para lançamento de águas pluviais está considerada nesse total? A apresentadora respondeu que não, este é um fator que precisa aprimorar. O mapa mostra a cor em vermelho toda vez que o uso atinge a marca de 70% do total autorizado, que é de 80%. Lembrando que precisamos aprofundar o debate não só da extração de água para o parque nacional, mas também a irrigação. Temos que pensar quais usos vamos fazer desta água na ocupação do território. 2 - Diluição de efluentes. Temos algumas UH que já são críticas, a exemplo da região do Alagados. Olhamos os 80% de uso da água do rio. Agora vamos analisar os 20% mantidos no rio. Dizemos que o rio está comprometido quando não mantemos os 20% recomendados pela legislação. Em muitos pontos do DF temos esses 20% comprometidos. O lago Paranoá depende de muitos estudos adicionais, porque são muitos usos e destinações. A seguir, passou aos indicadores da qualidade da água, que vão analisar os parâmetro BDO e Fósforo e a poluição pontual nas ETEs e a poluição difusa nas áreas urbanas e rurais. Nas áreas urbanas é considerada a drenagem e nas áreas rurais são consideradas as atividades agropecuárias, a drenagem e esgotamento sanitário. Os indicadores observados foram: Atendimento ao Enquadramento, considerando as metas finais do enquadramento, aferindo a concentração do parâmetro no exutório, segundo os usos preponderantes, em classe, por trechos de rio. Outro indicador analisado foi o grau de comprometimento da qualidade da água no DF, por meio do gradiente de comprometimento da qualidade da água de cada corpo receptor. Quando a apresentadora mostrou o mapa de poluição difusa para o parâmetro Fósforo, o Conselheiro Montenegro/ABES/DF perguntou como foi feita a medição, ou seja, como conseguiu separar a contribuição da poluição difusa da carga resultante da ETE do Riacho Fundo que está dentro da mesma bacia? Foi explicado que foi a partir da base teórica, foi feita uma aferição com prazo de monitoramento para aferir o valor teórico. A Conselheira Raquel Brostel/CAESB explicou que, quando a CAESB começou a trabalhar com a carga difusa a intenção não era alimentar os mapas mas, futuramente, conseguir trabalhar nos Lagos e isso demandava os valores teóricos. Então foi feito coeficientes para três bacias de características diferentes – urbano, rural e natural, que foram a bacia do Paranoá, do Descoberto do Pipiripau e a partir desses, foi feito o coeficiente de carga difusa. Ficou claro que o coeficiente não está medido, trata-se do coeficiente difuso estimado. O Conselheiro Montenegro da ABES/DF chamou a atenção para o fato de que há uma poluição difusa típica da ocupação urbana, relacionada com o trânsito de veículo, outra proveniente da qualidade da limpeza urbana e outra das ligações clandestinas de esgoto nas galerias de águas pluviais e lançamento no próprio curso d'água. Assim, sugeriu que estes fatores sejam mais investigados para que se possa apontar as ações corretivas. Lembrou também que hoje o DF tem o melhor tratamento de esgoto do país, dada a disponibilidade de ETEs e do grau de tratamento feito, no entanto, a CAESB se descuidou

muito da tarefa de colocar esgoto dentro das ETEs. A tarefa dela é coletar, transportar e tratar esgoto. Se no meio do caminho este esgoto está se perdendo ela está negligenciando alguma etapa. Precisa corrigir. O Conselheiro José Francisco Júnior/UnB chama a atenção para o fato de que a resolução CONAMA trás um grave problema para o DF em relação ao Fósforo, porque os valores da Resolução são muito superiores ao encontrados naturalmente nos riachos naturais de Cerrado. Se nós usarmos o que está estabelecido na Resolução CONAMA, nós vamos estar admitindo impactar os nossos rios. Isso vai provocar a alteração do ecossistema, que é o que estamos tentando evitar aqui. A Conselheira Maria Sílvia lembrou precisamos ter valores de referência específicos para o DF, mas neste trabalho do ZEE, estamos considerando o estabelecido no marco legal vigente. O Conselheiro Rafael/ADASA lembrou que apesar da ADASA não avaliar o parâmetro Fósforo nas outorgas, ela sabe que onde tem ETE, tem um lançamento pontual. No exutório da UH nós monitoramos quanto de fósforo tá chegando ali. Então essa diferença é o que consideramos difuso. E nas UHs onde não temos cadastro de nenhum lançamento pontual, então todo é considerado lançamento difuso. A seguir, a Conselheira Maria Sílvia apresentou as dificuldades importantes detectadas pelo ZEE, que remetem à necessidade de amadurecimentos intra e interinstitucional para fortalecer o sistema de gestão das águas no DF, para que o GT aprofunde os estudos e aponte caminhos possíveis para a solução dos problemas. Essas dificuldades tentam responder se o olhar dado até o momento é o olhar que precisamos para solucionar os problemas existentes e os que virão, visto que: 1 – Os dados existentes são pouco acessíveis, sem mecanismos de transparência e sem padronização. 2 – Os dados precisam ser ajustados e a documentação que subsidia o ajuste deve estar disponível por região e por UH em acordo com o PGIRH. 3 – As UHs precisam ser monitoradas em seu exutório. Após, apresentou ao GT do CRH algumas recomendações para estudos: 1 - Compatibilizar os estudos de disponibilidade com a rede de monitoramento de forma a retratar a situação das UH's do DF contemplando os diversos usos (implantar monitoramento de qualidade capaz de avaliar os diversos impactos dos usos no rio (agrotóxicos, etc.)). 2- A rede deve ser capaz de monitorar trechos de rio com enquadramentos distintos na mesma UH (o monitoramento apenas no exutório das UH's não possibilita o acompanhamento do enquadramento vigente (por trechos de rios)). 3 - A rede deve ser capaz de gerar dados necessários para a produção de indicadores que possam aferir o cumprimento, tanto normativo (situação real do rio) e de gestão (instrumentos à exemplo da outorga). Os aprendizados, para a gestão, são diferentes com a tipologia de indicador usado. 4 - O plano deve prever padronização dos dados e informações e os mecanismos para o acesso e o compartilhamento via geoserviço. O plano deve possibilitar meios para induzir a qualificação dos instrumentos vigentes (Outorga e Licenciamento Ambiental). 5 - A poluição difusa deve prever estudos específicos de monitoramento para gerar valores de referência. 6 - A distribuição das estações de monitoramento deve ser planejada a partir de um conjunto de critérios, que prepare o DF para o futuro, desta forma, faz-se necessário aumentar a cobertura do monitoramento nas UH's onde há conflito ou há previsão de conflito (particularmente, nas UHs que já apresentam alto nível de comprometimento (quantidade e/ou qualidade e nas UHs, previsão formal de intensificação do uso do solo e do adensamento dos pontos de monitoramento. Finalizou a apresentação. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF pediu para a apresentadora explicar melhor a informação de que nem todas as UHs são monitoradas no seu exutório. O Conselheiro Rafael/ADASA informou que foi criado, recentemente, a UH 41, esta ainda não tem monitoramento. Na bacia do Maranhão deve ter outras UHs que não estão sendo monitoradas, contudo, tem UH com mais de um ponto de monitoramento. A senhora Eliane Rocha/CAESB informou que na UH intermediária do Descoberto, não tem monitoramento no exutório, só na foz. A Conselheira Raquel Brostel/CAESB lembrou que o Ponte Alta e o Alagados têm pontos de monitoramento na divisa do DF mas não no exutório. O Conselheiro Rafael/ADASA salientou que a Rede da ADASA tem um código no HIDROWEB, onde, por meio do Datalog, os dados são coletados a cada dois minutos e

disponibilizados no sistema. A Conselheira Maria Sílvia argumentou que as recomendações são para dados complementares a este, ou que possam ser melhor trabalhados para atender ao Licenciamento e a Outorga, por exemplo, e ainda, para definir valores de referência para questões específicas e necessárias ao monitoramento. O Conselheiro Montenegro da ABES/DF pediu que seja melhor caracterizado o que se deseja com “definir valores de referência”. A seguir o pediu que os Conselheiros se façam presentes nas reuniões do GT e da Câmara Técnica, para apresentarem suas contribuições de alterações das Metas do PROGESTÃO e alocação dos recursos, e ainda, as adequações ao Diagnóstico e ao Plano de Monitoramento de RH, bem como, as melhorias do Diagnóstico do Monitoramento. O Conselheiro informou que no dia 23/03, está agendada a reunião do GT Enquadramento. No mês de abril a Agência Nacional de Águas irá apresentar para o GT Enquadramento e para a Câmara Técnica o funcionamento do HIDROWEB e do SNIRH, que são os dois sistemas que competiriam com a proposta para termos um sistema próprio de monitoramento de RH. O CRH sugeriu que era melhor analisar com mais cuidado essa proposta de uso do HIDROWEB e do SNIRH, e vamos fazer isto no dia 06/04. Também sugerimos a inclusão da proposta da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS/DF na análise geral do ZEE, porque ela trabalha a questão da impermeabilização de Lotes no DF. Ainda neste assunto, eu quero lembrar aqui, que eu não conheço nenhuma regulamentação para impermeabilização em áreas públicas, só para o privado. Sobre a questão do esgoto na drenagem quero reforçar a seriedade do problema e a necessidade de retomar a operação caça esgoto. A ADASA vai começar fazer a pesquisa de lançamento clandestino de esgoto na Rede. Quero salientar também, que na Ceilândia, uma parte do esgoto é despejado na Bacia do Descoberto, e nessa apresentação aqui, que mostra o Ribeirão das Pedras como sendo um ponto crítico, sugere que a gestão do Território de Ceilândia, que está dentro do Ribeirão das Pedras, seja feita de uma forma mais exigente, do ponto de vista da drenagem, do caça esgoto, da limpeza urbana, etc. O Riacho Fundo II fica dentro da Bacia do Paranoá e, no entanto, o esgoto é exportado e tratado na ETE Recanto das Emas. Essa questão de como o esgoto está sendo tratado e a transposição de Bacias realizadas, merecem uma análise mais aprimorada para esclarecer estas questões. A Conselheira Adriana/SEGETH esclareceu que, dentro do planejamento territorial a SEGETH sempre busca aproveitar o sistema já existente e, entre adensar e expandir, e escolha é pelo adensamento, mas sempre é uma decisão de governo. Na SEGETH temos muita dificuldade em fazer o planejamento sem o plano de bacias hidrográficas. Aqui estou percebendo que se trabalhou em termos de UHs, e isto é imprescindível. A LUOS é uma instrumento de análise menor que o ZEE e o PDOT, então acredito que devemos seguir nesta sequência, de fazermos o ZEE, reavaliarmos o PDOT e só depois irmos para a LUOS, que está colocada só para as áreas urbanas registradas em cartório, sem tratar de parcelamento do solo. O Conselheiro Sérgio Koide/UnB lembrou que as Portarias da ADASA orientam que podemos usar como parâmetros estatísticos a referência de médias das mínimas, que devem ser usadas quando se trata de dados uniformes, porém, quando tratamos de dados muito flutuantes, essa média de mínima não são recomendadas. Precisamos definir esta questão. Outra grande preocupação é conhecer as vazões dos rios, porque medimos as vazões dos rios, mas não fazemos reconstituição de vazão natural, porque as vazões de referência se referem às vazões sem captação e esse levantamento é muito difícil de fazer, mas é possível. Esse levantamento das vazões natural é fundamental porque estamos fazendo outorgas, etc. em cima de uma vazão já subtraída. Todo o estudo de referência deve ser feito em cima da vazão natural, porque se o rio tá baixo, eu imagino que posso tirar mais água e na verdade não, eu tenho que ver o como era o rio antes de eu começar a tirar água. Quando se faz uma outorga de lançamento podemos afirmar o lançamento de “X” quilos de DBO, “X” quilos de Fósforo por dia, e a concentração é em relação ao corpo d’água. A outorga é em relação ao quanto se está lançando e o lançamento tem que ser em função de carga. Isso é uma coisa que temos que mudar. Aqui no DF é a CAESB a principal outorgada, mas temos frigoríficos, etc. que

precisamos regular. O Conselheiro Mourão lembrou que os grupos trazem informações técnicas importantes, e que seria interessante se eles tivessem secretários que pudessem anotar estas recomendações e trazê-las ao final para trabalharmos, de modo que elas não se percam no tempo. Dessa forma seria muito importante se estas considerações aqui apresentadas fossem levadas ao CONPLAN, para que tomassem conhecimento da magnitude das discussões e dos trabalhos realizados por este Conselho, para que todos se comprometam igualmente com esta causa. Esta discussão do PDOT, ZEE e LUOS ela tem enormes implicações, inclusive política. Porque nós trocamos o sistema de gerenciamento do Território por um sistema de unidade de planejamento que não é de unidade hidrográfica. A LUOS está baseada em um sistema de unidade de planejamento que já não casa com isto que estamos tratando aqui. O PDOT trabalha com outras referências também. É preciso falarmos uma mesma linguagem, visto que trabalhamos com o mesmo objeto. O presidente da reunião sugeriu que antes de propormos uma consulta ao ZEE fazermos a apresentação destas questões ao CONPLAN para o cruzamento das informações ZEE, PDOT e LUOS versus adensamento e capacidade de suporte hídrico. A Conselheira Ana Paula/FIBRA lembrou que está sendo trabalhada uma política de desenvolvimento industrial para o DF, em atendimento a algo que há anos que a sociedade vem cobrando para ter o mínimo de orientação possível nesse sentido. Então, como estas informações, que aqui estão sendo apresentadas, do aspecto do ordenamento territorial dentro do ZEE, podem ser levadas para o setor industrial? O presidente da reunião informou que a SEMA teve uma reunião na FIBRA, há uns seis meses, com a finalidade de ouvir as empresas que estão trabalhando com o desenvolvimento econômico industrial para apresentar propostas e fazermos um debate em torno destas propostas. Após, foi feita uma reunião do Comitê político do ZEE para aprimorar o debate e tentar compor as diretrizes iniciais. Ainda não tivemos um retorno disto. O que queremos é que tão logo estes fundamentos estejam prontos no ZEE, que retomemos estas conversas e possamos apresentar e ouvir da área que está produzindo estes estudos quais são as convergências e compatibilidades. Em paralelo estamos planejando fazer uma oficina na FIBRA para que ela possa colocar as preocupações do setor e inclui-las no trabalho que estamos fazendo. A Conselheira Maria Sílvia acrescentou que o ZEE recepcionou a política de desenvolvimento produzida para o DF, do qual o seguimento industrial é uma das alavancas. Nós fizemos um seminário do ZEE com a FIBRA e a CODEPLAN para podermos aprofundar isto. Passado um ano, fechamos um dos documentos do ZEE que também vai para o site do ZEE, dia quinze deste mês, onde serão apresentadas as alternativas de estratégias de alocação Territorial de empreendimentos produtivos. Nós assumimos no ZEE dois desafios importantes: 1 – Que precisamos ter no ZEE áreas pra três tipologias de empreendimentos diferentes (aqueles que se diluem na cidade – comércio e serviço, com o desafio de descentralizar do Plano Piloto a geração de empregos pra outras RAs constituídas, como estratégia do desenvolvimento econômico proposta nesse grupo). 2 - Nas bordas dos ambientes urbanos concentrar empreendimentos que precisam de escalas e que são compatíveis com a área urbana, que não são excessivamente portadores de contaminação, etc., mais próxima à infraestrutura e rodovias, etc. 3 - Uma terceira tipologia que é aquela de natureza industrial *stricto senso*. Esta estará posicionada um pouco mais distante no prazo, visto que o PDOT não dispõe de áreas possíveis para este fim, e para isto, precisamos da revisão do PDOT para indicar. Então, a ideia do ZEE foi apontar subzonas para diretrizes possíveis. O Conselheiro Rafael/ADASA esclareceu que, sobre vazão natural e vazão de referência é importante lembrar que o DF tem um plano de recursos hídricos, resultante de um trabalho elaborado por uma empresa altamente especializada, que resultou em um documento bem específico e extenso, que é o PGIRH. Nós só podemos dar outorga mediante um plano e o plano que nos norteia é o PGIRH, onde temos a vazão natural calculada por este plano. Concordamos que é o momento de atualizar este plano, mas é preciso avaliar se partimos logo para a atualização do PGIRH ou se partimos para o plano de bacias local. Quanto ao cálculo

da vazão de referência, a Lei não fala que deve ser $Q_{7/10}$ ou Q_{90} . Temos uma Resolução da ADASA dizendo que estas são as referências usadas no país hoje, mas, que se houver dados com confiabilidade podemos partir para uma vazão diferente. O PGIRH sugeriu que usássemos a Q_{mmm} . Temos que ser cautelosos nessa revisão porque se mexermos nessa vazão a CAESB perde outorga, a irrigação será altamente prejudicada podendo até cessá-la. Então temos que ter muito cuidado ao analisar esta questão porque temos muitos fatores envolvidos que devem ser estudados com cuidado. $Q_{7/10}$ e Q_{90} é uma vazão Flat, definidas para o mês de janeiro a dezembro. A média das mínimas mensais possibilita, por exemplo, a CAESB retirar mais água, aqui no Bananal, nos meses de janeiro a abril, período de abundância de água e diminuir a retirada nos períodos de maior escassez, que passa pela vazão Flat, $Q_{7/10}$ e Q_{90} . A mesma análise serve para os irrigantes. Hoje, a outorga para pivô central, cuja curva já é conhecida, não é mais concedida para os meses de julho a setembro. Em contrapartida, estão investindo em reservatório pulmão, que significa retirada de água no momento em que a disponibilidade é maior e colocada em reservatório pulmão para uso no período crítico. Então se for necessário reavaliar, isso deve ser feito com muito cuidado, porque vai afetar as outorgas da CAESB, dos irrigantes, etc. O Conselheiro Sérgio Koide/UnB manifestou que a observação foi para bacias que não estão sendo feitas retirada de água e estão parecendo como se já estivessem em níveis críticos. Isso mostra que as médias das mínimas estão levando à distorções. Isso favoreceria se mudássemos de padrão. Se você usar qualquer padrão, $Q_{7/10}$ e Q_{90} , se quiser fazer outorga mensal você pode fazer pela $Q_{7/10}$ e Q_{90} , você não precisa fazer anual. O Conselheiro Mourão/Fórum das ONGs ressaltou que, tendo em vista que temos uma jornalista no Conselho, podemos produzir pequenas peças com esses aspectos, como o GT de disponibilidade hídrica, matriz socioeconômica, etc., e divulgarmos na imprensa, penso que será fortemente divulgada e ajudará a desfazer esta impressão negativa que se tem do ZEE. O presidente da reunião ratificou as colocações do Conselheiro Mourão. A Conselheira Maria Sílvia/SEMA lembrou que a ideia é fazer um encaminhamento formal para o GT e colocar a base à disposição para o que precisar. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF, lembrou que é preciso que o Conselho discuta a capacidade do GT atender estas demandas, porque, ou estruturamos o GT no sentido de reforçá-lo ou encaminhamos estas demandas para a CTPA. O presidente da reunião salientou que na verdade, se isto for encaminhado ao GT, é com o fim de enriquecer o documento naquilo que lhe compete. Outra proposta é criar um novo GT, mais específico para este fim. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF, salientou que entende que a matéria deve ser encaminhada à CTPA, e lá avaliamos como será o procedimento adotado. O que foi acordado pelo Conselho. O presidente prosseguiu com o **item 3 da pauta**: informes. O Conselheiro Rafael/ADASA informou que no dia 10/03 acontecerá a reunião ordinária do CBH Paranaíba para discutir o tema agência e cobrança de água no Paranaíba e votar a cobrança. Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. A presente ATA será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros presentes e, posteriormente, publicada o extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.